

Editorial e O Destaque do Mês ... 1

O Estado da Água ... 2

Por dentro da APRH ... 5

Eventos e Iniciativas ... 8

Legislação ... 10

APRH ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS RECURSOS HÍDRICOS

EDITORIAL

A linha de costa de Portugal continental possui um desenvolvimento total da ordem dos 830 km - uma das mais extensas dos estados que integram a União Europeia. Uma parte importante dessa linha de costa encontra-se ameaçada pela erosão, existindo diversos exemplos que ilustram a gravidade dos resultados dessa ameaça. Alguns desses exemplos têm sido bastante mediatizados e, portanto, são conhecidos do público em geral, com destaque para os recentes acontecimentos na Costa de Caparica, que obrigaram a intervenções de emergência para garantir a defesa de pessoas e bens.

A erosão costeira é um processo natural que, contudo, pode ser potenciado ou minimizado em resultado da intervenção humana. Com efeito, quando se regista uma aceleração dos normais processos erosivos estão envolvidos, na maioria dos casos, um ou mais factores resultantes da actividade antropogénica. De entre esses factores têm sido apontados a falta de ordenamento do litoral, a pressão urbanística, a retenção de sedimentos nas albufeiras, a extracção de areia dos leitos dos rios e das zonas costeiras, a má concepção e dimensionamento de obras de hidráulica marítima e, em anos mais recentes, o próprio aquecimento global.

Não existem dúvidas que todos esses factores, nalguns casos de forma isolada e noutros actuando de forma conjunta, são responsáveis pela aceleração dos processos de erosão costeira. Assim, a pergunta que se deve colocar prende-se com as acções que devem ser tomadas para inverter a situação, de forma a que, em lugar de se acelerar o processo erosivo, este possa ser controlado ou revertido.

A solução, à semelhança do que ocorre relativamente à maioria das questões deste tipo às quais está associada uma elevada complexidade, não será, provavelmente, fácil de encontrar mas certamente que existe, até porque as causas estão, na sua maioria, identificadas. Não se pretende afirmar que as soluções são fáceis, longe disso, mas é urgente encontrá-las e, naturalmente mais difícil, implementá-las.

É neste sentido que a APRH, como fórum privilegiado de discussão dos temas associados aos recursos hídricos, pretende dar o seu contributo, através, quer do destaque deste mês de Fevereiro do Boletim Informativo, quer, sobretudo, por intermédio dos eventos que tem programados para o curto e médio prazo, onde este tema constituirá, com toda a certeza, um dos principais assuntos de discussão por parte de diversos especialistas.

Pedro Santos Coelho

Membro da Comissão Directiva

O DESTAQUE DO MÊS

A Orla Costeira Portuguesa

Desde 1992 que as competências na orla costeira se encontram no Ministério do Ambiente, tendo transitado da ex-Direcção Geral de Portos, na sequência do Decreto-Lei n.º 201/92, de 29 de Setembro. Desde então foram tomadas muitas iniciativas, à data mesmo inovadoras, no sentido de olhar para toda a orla costeira numa perspectiva global, tentando pesar e ponderar todas as valências deste "território". Promoveu-se a publicação de legislação de suporte, de enquadramento, que permitiu enquadrar a orla costeira numa perspectiva de ordenamento global, tentando conciliar os seus usos e funções, a valorização e qualificação das zonas balneares, a orientação do desenvolvimento das actividades específicas da orla costeira e a defesa e conservação da natureza. É neste contexto que são lançados os primeiros Planos de Ordenamento da Orla Costeira, onde a Administração e Comunidades técnica, científica e civil foram chamadas, pela primeira vez, a olhar para a orla costeira através de uma visão que considerava a interacção dos diversos sectores.

Um dos documentos técnicos que acompanhou e, em alguns casos, antecedeu a elaboração destes planos foi a "Carta de Risco do Litoral", ou de vulnerabilidade como alguns especialistas entenderam chamá-la, a qual ao identificar áreas graduadas em três níveis de risco permitiu que, no âmbito dos POOC, esta componente de "risco de erosão costeira" fosse vertida e considerada no modelo de ordenamento proposto.

Os POOC identificam assim, áreas de risco associadas a ocupações antrópicas para as quais são propostas medidas de contenção da ocupação urbana, recuperação de sistemas dunares considerados imprescindíveis para a manutenção da integridade da costa, intervenções de estabilização de Arribas, definidas áreas *non-aedificandi* ao longo de todo o litoral, identificando em certos locais, ainda que de forma muito "tímida", a retirada de construções localizadas em áreas de risco.

Tudo parecia suficientemente articulado, planeado e salvaguardado configurando assim, estarmos perante uma excelente base para gestão da orla costeira. Mas, a evolução dos processos naturais tem-se revelado muito rápida para a qual, passados, por vezes, poucos anos da aprovação dos planos, a base territorial que serviu de suporte às propostas de planeamento feitas, pura e simplesmente está alterada por ter sido reduzida. Veja-se o caso do litoral abrangido pelo POOC Ovar-Marinha Grande, aprovado em 2000, para o qual foram feitas previsões para a evolução da linha de costa a 10 anos, e que em certos locais já se encontram ultrapassadas. De facto, segundo dados oficiais, cerca de 30% da nossa costa está a ser afectada por processos erosivos!

Poderemos apontar um grande número de causas para esta situação: a redução do transporte sedimentar operado pelos cursos de água, dragagens nas barras dos portos sem reposição no trânsito sedimentar, a degradação de sistemas naturais por acções antrópicas como seja o pisoteio ou trânsito de veículos motorizados em sistemas dunares, a grande pressão urbana, residencial ou turística; enfim, serão muitas!

(Continua na página seguinte).



A Orla Costeira Portuguesa (Continuação)

A verdade, e porque as causas são muitas e de diversas naturezas, é que teremos que encontrar soluções mais abrangentes e de fundo. Não se trata de erros de planeamento, trata-se, sim, da necessidade de co-responsabilização, onde os interesses específicos de cada entidade, autarquia ou particular não pode prevalecer sobre o interesse nacional e de salvaguarda do território.

Assim, torna-se urgente agir! Encontrar parcerias entre instituições, entre autarquias, particulares e a administração! O que tem vindo a ser considerado uma mais valia para uma instituição não pode continuar a implicar custos para outra. É preciso internalizar custos de oportunidade e assumir que a viabilidade económica de uma actividade não pode prejudicar terceiros.

Será importante, tal como apontado no documento "Bases para a Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional", repensar um conjunto de aspectos para áreas tão alargadas como o enquadramento jurídico, institucional e administrativo vigente. A elaboração de uma "Lei do Litoral" que enquadre, estas matérias revela-se, neste momento, de importância crucial.

Ana Seixas

Direcção de Serviços de Utilizações do Domínio Hídrico, Instituto da Água

Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2013

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), sucessor dos Quadros Comunitários de Apoio, definirá o conjunto das grandes opções estratégicas de Portugal, para o período 2007/2013. Neste documento, é assumido como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.



Para atingir este objectivo, foram consagradas três agendas temáticas: a) A Agenda para o Potencial Humano, que irá reunir as intervenções destinadas a promover as qualificações (escolar e profissional) dos portugueses, bem como a promoção do emprego, inclusão social e valorização da igualdade de género; b) A Agenda para os Factores de Competitividade, que englobará as intervenções estimulantes da qualificação do tecido produtivo, quer por via da inovação, quer do desenvolvimento tecnológico, o estímulo ao empreendedorismo, bem como da melhoria das componentes da envolvente da actividade empresarial, particularmente pela redução dos custos públicos de contexto; c) A Agenda para a Valorização do Território, que pretende promover no país uma maior atractividade para o investimento produtivo e melhores condições de vida para as populações, através de intervenções de natureza infra-estrutural que possibilitem a dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

O QREN irá respeitar os princípios orientadores da concentração, selectividade, viabilidade económica e sustentabilidade financeira, coesão e valorização territorial e gestão e monitorização estratégica, tal como definidos de forma articulada pelo Estado Português e a Comissão Europeia. O documento prevê repartir cerca de 21,5 mil milhões de euros de Fundos Comunitários (FEDER e FSE) e do Fundo de Coesão por três programas operacionais nacionais, nove programas operacionais regionais, dois de cooperação transfronteiriça, quatro de cooperação transnacional e dois de assistência técnica. O investimento total será superior a 40 mil milhões de euros.

Pelo volume da comparticipação associada, destacam-se os Programas Operacionais (PO) Temáticos que correspondem às três agendas atrás referidas: PO Potencial Humano; PO Factores de Competitividade e PO Valorização do Território. Com 6,1, 3,1 e 4,6 mil milhões de euros de apoios comunitários, respectivamente.

A protecção do ambiente e prevenção de riscos constitui um dos domínios prioritários na estratégia apresentada no QREN, com uma comparticipação comunitária de cerca de 3 mil milhões de euros. Neste campo são propostas acções que vão da gestão dos resíduos domésticos e industriais à prevenção de riscos, passando pela gestão dos recursos hídricos, qualidade do ar, prevenção e controlo integrado da poluição, atenuação e adaptação face às alterações climáticas, reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados, promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Rede Natura 2000) e promoção de transportes urbanos limpos.

Destinado à conclusão dos investimentos que Portugal tem vindo a efectuar a título do PEASAR, encontra-se previsto um envelope financeiro significativo para acções no Ciclo Urbano da Água: "Gestão e distribuição de água (água potável)" e "Tratamento de água (águas residuais)". Os apoios da União Europeia nestes domínios poderão aproximar-se dos 1,3 mil milhões de euros (Fundo de Coesão e FEDER). Para informações adicionais consultar www.qren.pt.



Reforço das renováveis implica investimento de 2.780 milhões de euros só na hídrica

O aproveitamento energético a partir das hidroeléctricas está de volta ao topo das prioridades governamentais.

Em 2020, o Governo conta alcançar os 7.000 MW de capacidade instalada, atingindo um objectivo de exploração de cerca de 70% do potencial hídrico nacional, o que representará um aumento de 24% face ao actual aproveitamento.

Espera-se que este reforço, que coloca no cerne as barragens de Alqueva, Bemposta, Picote, Baixo Sabor e três novas barragens, contribua para atingir a nova meta para 2010 de 45% da electricidade produzida a partir de energias renováveis, o equivalente a mais seis pontos percentuais do que a meta anteriormente prevista (39%).

"Uma vez lançada uma grande dinâmica nas eólicas, as prioridades são, doravante, mais hídrica, mais biocombustíveis e mais eficiência energética", sublinhou Manuel Pinho, ministro da Economia e da Inovação, numa sessão de apresentação das novas metas para as renováveis que contou com a participação do ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia.

Para inverter a actual tendência que coloca Portugal como um dos países da União Europeia que menos cresceu em matéria de aproveitamento do potencial hídrico nos últimos 30 anos, já em 2010 pretende-se superar os 5.000 MW de potência hídrica instalada, através do reforço da potência da barragem de Alqueva em mais 240 MW, o que implica um investimento de 180 milhões de euros.

Acresce ainda a antecipação dos reforços de potência das centrais de Picote e Bemposta (mais 409 MW) num investimento de 2,6 mil milhões de euros.

De acordo com o documento sobre energia e alterações climáticas, apresentado no encontro, o objectivo é atingir-se, em 2015, os 6.250 MW, "concretizando novos projectos estruturantes para o sector e para o País", entre os quais o Baixo Sabor. Cinco anos depois a fasquia deverá subir para os 7.000 MW, o que colocará Portugal ao nível de países como a Áustria e a Suécia.

(Adaptado de www.ambienteonline.pt, consultado em 29/01/07).



PORTAL DO GOVERNO

Governo aprova diploma de Avaliação Ambiental Estratégica



O Governo aprovou, no Conselho de Ministros de 25 de Janeiro, o Decreto-Lei que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001, e a Directiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003. Este diploma, aprovado na generalidade, visa estabelecer a prévia avaliação ambiental de planos e programas que sejam susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente, garantindo a ponderação dos factores com relevância ambiental nos processos de decisão pública ao nível do planeamento e da programação.

Para além da avaliação de impacte ambiental de projectos, já existente no nosso ordenamento jurídico, que actua ao nível da decisão pública de projectos concretos, institui-se, agora, a avaliação ambiental de planos e programas, antecipando a ponderação dos efeitos ambientais para o nível de decisão estratégica. Essa avaliação ambiental pressupõe a elaboração, pela entidade responsável pelo plano ou programa, de um relatório ambiental, bem como a realização de consultas ao público e a entidades, às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano ou programa. A integração dos resultados da avaliação ambiental no processo de decisão de aprovação dos planos e programas permite a adopção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos para o ambiente.

(Adaptado de www.portugal.gov.pt, consultado em 29/01/07).

Aprovada a proposta de Lei que autoriza o Governo a estabelecer o regime da utilização dos recursos hídricos

Foi aprovada, na reunião de Conselho de Ministros de 11 de Janeiro, a proposta de Lei que autoriza o Governo a estabelecer o regime da utilização dos recursos hídricos. Esta Proposta de Lei, a submeter à Assembleia da República, autoriza o Governo a regular os termos da emissão, revisão, cessação, transmissão e transacção das concessões, licenças e autorizações que titulam a utilização dos recursos hídricos, em cumprimento da Lei da Água e da Directiva-Quadro da Água. Neste contexto, serão estabelecidos os procedimentos tendentes à emissão mais célere dos títulos de utilização, sua revisão, cessação, transmissão e transacção. A título exemplificativo, serão ainda reguladas em pormenor as utilizações mais comuns e significativas.

Assim, ao lado das figuras da concessão e da licença, é introduzida a figura da autorização para algumas utilizações de recursos hídricos particulares, tais como construções, implantação, demolição, alteração ou reparação de infra-estruturas hidráulicas e captação de águas. A autorização pode ser inclusivamente substituída por uma mera comunicação prévia às autoridades competentes em certas circunstâncias.

Com o objectivo de simplificar os procedimentos administrativos, adopta-se o recurso aos meios informáticos como método de agilização da tramitação procedimental e desloca-se a obrigação de obter informação detida por autoridades públicas para a esfera da Administração. Finalmente, é criado o Sistema Nacional de Informação dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos, que permitirá manter o registo actualizado das utilizações existentes.

Esta iniciativa legislativa é essencial para a modernização da gestão da água em Portugal e constitui um pilar para a implementação das Administrações de Região Hidrográfica criadas pela Lei da Água.

(Adaptado de www.portugal.gov.pt, consultado em 29/01/07).



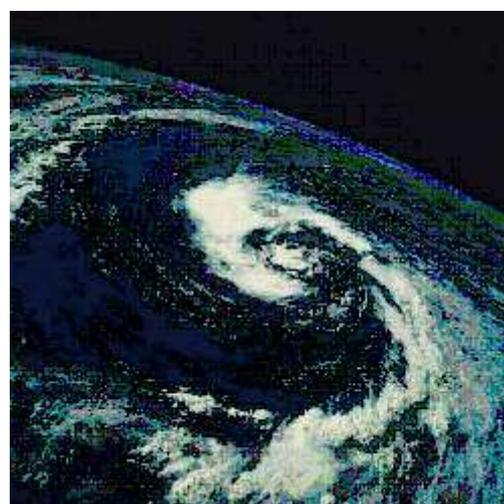
Alterações climáticas no debate mensal da Assembleia da República

O primeiro-ministro, José Sócrates, escolheu as alterações climáticas como tema de destaque para o primeiro debate mensal de 2007 na Assembleia da República, tendo aberto a discussão com um balanço das medidas que o executivo tem vindo a tomar para cumprir o Protocolo de Quioto.

De facto, o Conselho de Ministros, reunido na Presidência do Conselho de Ministros de 25 de Janeiro, aprovou um novo conjunto de diplomas que se inserem no combate às alterações climáticas e visam dar um contributo para o cumprimento do Protocolo de Quioto e das medidas previstas no Programa Nacional para as Alterações Climáticas. Assim, foram aprovados os seguintes diplomas: Proposta de Lei que autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico de acesso e exercício das actividades de produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas; Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Sistema de Compras Públicas Ecológicas 2008-2010; Decreto-Lei que estabelece uma taxa ambiental sobre as lâmpadas de baixa eficiência energética; Decreto-Lei que concretiza um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis previstas na Estratégia Nacional para a Energia, estabelecida através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro. Para mais informações consultar www.portugal.gov.pt.

Note-se que em Novembro Portugal entregou em Bruxelas o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão para o período entre 2008 e 2012 (PNALE II), faltando agora apenas conhecer a decisão da Comissão Europeia sobre este documento. O PNALE II prevê a atribuição de 37,9 milhões de toneladas por ano de emissões de CO₂. Desse total, 32,82 milhões de toneladas anuais são para as instalações industriais já existentes e 5,08 milhões de toneladas anuais para os novos investimentos. No entanto, comparando estes valores com as metas estabelecidas no Protocolo de Quioto, constata-se um défice de 7,41 milhões de toneladas por ano. Deste valor, o Governo diz já ter identificado um conjunto de medidas para reduzir um total de 3,69 milhões de toneladas de CO₂ por ano, pelo que os restantes 3,72 milhões terão de ser resolvidos através da compra de créditos provenientes dos mecanismos de projecto previstos no Protocolo de Quioto.

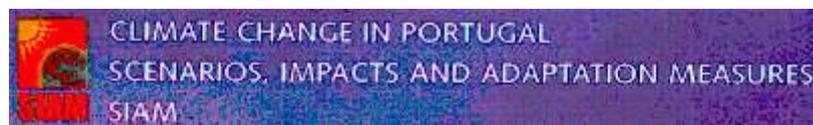
Por fim, destaque-se que o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, um grupo científico criado pela Organização das Nações Unidas em 1988, se reuniu em Paris, na sede da UNESCO, entre 29 de Janeiro e 1 de Fevereiro. Deste encontro resultou o 4.º Relatório de Avaliação, cujas conclusões foram tecidas com base num conjunto de investigações realizadas nos últimos seis anos para actualizar e corrigir os dados do anterior relatório, de 2001. Para mais informações, *vide*, entre outros, www.ipcc.ch/meet/10session.htm.



Impactes das Alterações Climáticas nos Recursos Hídricos de Portugal Continental e Madeira

Decorreu no passado dia 22 de Janeiro a 6.ª conferência do Ciclo de Conferência de Ambiente do Técnico 2006/07, desta vez subordinada ao tema Impactes das Alterações Climáticas nos Recursos Hídricos de Portugal Continental e Madeira.

É unanimemente reconhecido que os recursos hídricos constituem um domínio fundamental para a avaliação dos impactos das alterações climáticas nas actividades humanas. Esta relevância resulta da circunstância de as alterações climáticas terem impactos directos no regime de ocorrência e disponibilidade dos recursos hídricos, e também do facto de este regime condicionar, por sua vez e de forma importante, uma multiplicidade de sectores da actividade económica e social.



Na referida conferência Filipe Duarte Santos (FC-UL), Luis Veiga da Cunha (FCT-UNL), Rodrigo Proença de Oliveira (FCT-UNL) e Luis Ribeiro (IST-UTL) apresentaram os resultados dos projectos SIAM (*Scenarios, Impacts and Adaptation Measures*) e CLIMAAT (Clima e Meteorologia dos Arquipélagos Atlânticos) que procuraram identificar e caracterizar os impactos das alterações climáticas sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Continente e da Região Autónoma da Madeira.

Os resultados alcançados indicam uma tendência clara para uma diminuição da disponibilidade de água superficial e subterrânea nas regiões centro e sul do continente, assim como na ilha da Madeira. No continente, a precipitação e, conseqüentemente, o escoamento superficial e a recarga de aquíferos tenderão a concentrar-se no Inverno. É também expectável um aumento da intensidade de precipitação o que poderá acarretar um maior risco de cheias. Outros cenários prováveis, não quantificados nos referidos estudos, são o aumento da procura de água e a diminuição da qualidade dos recursos hídricos. O aumento do nível médio do mar poderá conduzir a situações de contaminação salina em aquíferos costeiros.

Rodrigo Oliveira



Parceria Lusófona pela Água

Na primeira semana de Dezembro de 2006 decorreu em Brasília um conjunto de acções de relevo para o futuro da cooperação lusófona e do desenvolvimento no domínio da gestão da água. Portugal esteve presente através da APRH, da Hidronet-Pt e da Liga para a Protecção da Natureza. O signatário teve o privilégio de representar as duas primeiras entidades e a Dr.ª Paula Chaiño a terceira.

O acontecimento central foi a realização da 1.ª Reunião da Parceria Lusófona pela Água, entre 7 e 8 de Dezembro, na qual estiveram presentes representantes institucionais ou individuais de todos os países lusófonos à excepção de Timor-Leste. A agenda da reunião incluía a apresentação da experiência de gestão da água pelos diversos representantes dos países lusófonos, no contexto da gestão integrada e sustentabilidade dos recursos hídricos, e a concertação de um plano de trabalhos, em rede, envolvendo os países representados.

No final foi aprovada uma declaração na qual é manifestada a intenção de participar e cooperar no processo de difusão do fortalecimento e fundamentos da gestão integrada de recursos hídricos, a intenção de promover o desenvolvimento de políticas públicas para o uso sustentável da água e de justiça sócio-ambiental e a reafirmação que a Parceria Lusófona pela Água é uma rede criada para articulação e promoção de sinergias entre os povos que falam português e comungam da mesma língua e outros fundamentos sócio-culturais e históricos e que actuam de forma solidária e cooperativa.

A par desta reunião, os representantes participaram ainda em outras iniciativas: o *workshop* de "Gestão Estratégica de Recursos Hídricos" (4 a 6 de Dezembro de 2006) onde foram apresentadas diversas comunicações e proferidas conferências sobre a situação actual de gestão da água no Brasil; a sessão solene de entrega do prémio "Agência Nacional da Água"; e a visita ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos durante uma sessão pública solene, na qual houve a oportunidade de apresentar cumprimentos à Senhora Ministra do Ambiente do Governo do Brasil que saudou os representantes de forma muito calorosa.

Em resultado da referida reunião, ficou aprovada a declaração fundadora da Parceria Lusófona pela Água e foi eleita uma comissão restrita, da qual fazem parte os representantes portugueses, para dinamizar, a curto prazo, o plano de trabalho em rede que foi discutido e aprovado em Brasília. As referidas acções foram organizadas e sustentadas financeiramente pela *Global Water Partnership* e pela Cap-Net - Brasil.

Fazemos votos que esta iniciativa tenha sucesso e que possam ser estabelecidos pontes com outras iniciativas em curso, nomeadamente, no âmbito da CPLP.

António Betâmio de Almeida

Prémios APRH para Empreendimentos Hidráulicos 2006

O Prémio APRH para Empreendimentos Hidráulicos destina-se a reconhecer e galardoar a originalidade e qualidade global de infra-estruturas hidráulicas, de fins simples ou múltiplos, para aproveitamento ou controlo dos recursos hídricos e ordenamento ou reabilitação dos meios hídricos.

Este Prémio incide sobre empreendimentos concretizados em Portugal, cujo mérito será avaliado de acordo com critérios de natureza social, ambiental, estética, tecnológica, económica e funcional e cuja conclusão e início de exploração se tenha verificado nos quatro anos precedentes à edição do Prémio.

O concurso tem uma periodicidade trienal e o prémio é constituído por: um troféu, no qual constará a designação do empreendimento premiado e das entidades às quais é atribuído; diplomas, a entregar às entidades galardoadas; uma placa comemorativa, destinada a ser colocada no empreendimento premiado.

Este ano o concurso contou com as seguintes candidaturas:

- Sistema de monitorização de abastecimento de água no concelho da Lousã, da autoria da Divisão de Obras Municipais Saneamento Básico e Ambiente da Câmara Municipal da Lousã;
- ETAR de Sobreiras - Um projecto inovador, da autoria da Águas do Porto, Consórcio Mota-Engil, Soares da Costa, Degremont e Efacec;
- Rio Lis-Açude das Salgadas. Uma solução inovadora, da autoria do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica.

Mais informações em www.aprh.pt/texto/anuncio_premio-emphid.html.



Novos Associados da APRH

A APRH dá as boas-vindas aos novos associados singulares:

- Maria Gorete Gonçalves dos Santos
- Marta Lourenço Figueiredo
- Susana Luísa Nascimento Prado
- Vasco Duarte Gaviños

E aos novos associados colectivos:

- PROAFA, Serviços de Engenharia, S.A.
- EDINFOR, S.A.



APRH presente no júri de atribuição dos Prémios de Qualidade de Serviço promovido pelo Jornal Água&Ambiente e pelo IRAR

O Jornal Água&Ambiente, em parceria com o Instituto Regulador das Águas e Resíduos (IRAR), irá proceder à atribuição anual dos "Prémios de Qualidade de Serviço em Águas e Resíduos" às entidades gestoras portuguesas que mais se distingam nesta área.

Esta iniciativa conta com a colaboração de reconhecidas associações técnico-científicas (como a Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, a Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental e a Associação Portuguesa de Recursos Hídricos) e de um centro de investigação de referência (o Laboratório Nacional de Engenharia Civil).

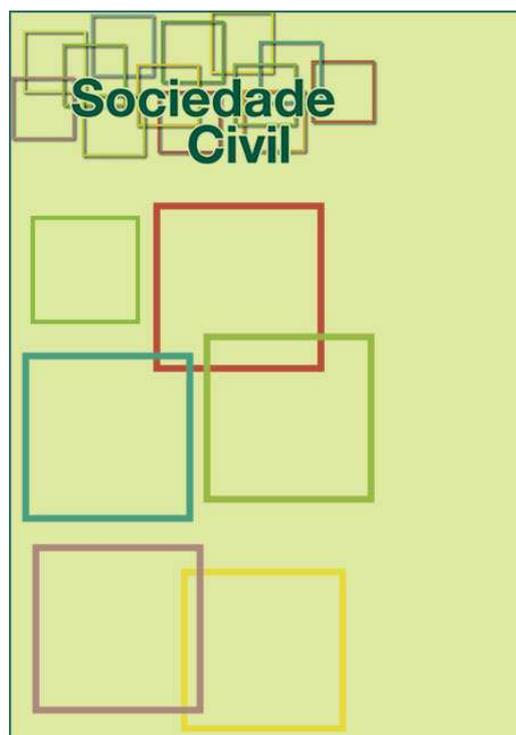
Prevê-se que sejam atribuídos em 2007 cinco prémios relativos aos seguintes aspectos: Qualidade da água para consumo humano; Qualidade de serviço de abastecimento público de água prestado aos utilizadores; Qualidade de serviço de saneamento de águas residuais urbanas prestado aos utilizadores; Qualidade de serviço de gestão de resíduos sólidos urbanos prestado aos utilizadores; Sustentabilidade ambiental das entidades gestoras.

São automaticamente elegíveis para a atribuição do Prémio "Qualidade da água para consumo humano" todas as entidades prestadoras de serviços de abastecimento público de água que estejam sujeitas à intervenção do IRAR enquanto autoridade para a qualidade da água para consumo humano, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro.

Mais informações disponíveis em www.irar.pt/presentationlayer/artigo_00.aspx?artigoId=140&idioma=1.

Participação da APRH no Programa "Sociedade Civil", da RTP2: "Água em Estado Líquido"

O Programa "Sociedade Civil" do passado dia 18 de Janeiro foi dedicado ao tema "Água em Estado Líquido". O Programa é uma das principais apostas do canal 2 da RTP para o corrente ano. É conduzido e apresentado pela Jornalista Fernanda Freitas e é emitido em directo. Conta com três convidados em estúdio e reportagens jornalísticas sobre o tema. O Programa visa esclarecer e fornecer soluções úteis e inovadoras aos cidadãos sobre temas que estejam na ordem do dia: cidadania, educação, saúde, alimentação, justiça, sociedade, entre outros. Em www.sociedade-civil.blogspot.com poderão ver os comentários ao programa. Todos os dias é colocada uma sinopse do tema do dia *online* para discussão. O programa emitido fica disponível logo depois da emissão em <http://multimedia.rtp.pt>.



Foram convidados do Programa "Água em Estado Líquido" a Liga para a Protecção da Natureza (LPN), a Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH) e o Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR), tendo sido seus representantes Paula Chainho, vice-presidente da LPN, Teresa Leitão, presidente da Assembleia Geral da APRH, e Jaime Melo Baptista, presidente do IRAR.

As reportagens apresentadas foram:

- 1 - Dessalinização da Água do Mar, com João Levi - docente do Instituto Superior Técnico;
- 2 - Aqueduto das Águas Livres - a perspectiva histórica, com Margarida Ruas - da EPAL;
- 3 - Limpeza de Rios e Afluentes, com Pedro Teiga - Eng. do Ambiente, docente da Faculdade de Engenharia do Porto;
- 4 - A Água que Bebemos - processos químicos para tornar a água potável - monitorização e controlo da qualidade da água, com José Manuel Nogueira - docente e investigador da Faculdade Ciências da Universidade de Lisboa.

Ao longo do Programa, além do debate suscitado pela temática das reportagens, foram também esclarecidas diversas outras questões entre as quais: o retrato dos recursos hídricos em Portugal e no mundo, em termos de qualidade e de quantidade; a água na origem e a água que chega às nossas casas, monitorização e avaliação da sua qualidade; o cumprimento das directivas comunitárias em Portugal; a gestão dos recursos hídricos numa perspectiva holística; a participação pública no processo de gestão da água.

Teresa Leitão

Presidente da Assembleia Geral da APRH



Seminário sobre Águas Subterrâneas organizado pela APRH

A seca que assolou o nosso País em 2004/05 provocou uma maior procura de água subterrânea para consumo humano e outras valências, nomeadamente para a agricultura e para a indústria, e trouxe novamente para a ordem do dia a importância que as águas subterrâneas devem desempenhar no planeamento e gestão dos recursos hídricos nacionais.

Por outro lado, a obrigatoriedade de Portugal cumprir várias directivas comunitárias para a protecção das águas subterrâneas exige cada vez mais um conhecimento técnico-científico aprofundado na área da Hidrogeologia.

A directiva-filha sobre águas subterrâneas e as alterações do acesso à actividade de pesquisa e captação de água subterrânea, enquadradas no Decreto-Lei n.º 133/2005, de 16 de Agosto, são diplomas que vão seguramente alterar, em alguns casos significativamente, a situação da monitorização, protecção e exploração dos recursos hídricos subterrâneos.

Neste contexto, a Comissão Especializada das Águas Subterrâneas da APRH lança um novo Seminário sobre Águas Subterrâneas, com o objectivo de promover um amplo debate sobre o estado do conhecimento e os trabalhos desenvolvidos em Portugal nos últimos anos, nos diferentes aspectos das águas subterrâneas.

O Seminário decorrerá nos dias 1 e 2 de Março de 2007, nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa. Dirige-se não apenas a técnicos e estudantes da área da Hidrogeologia, mas também a todos os que trabalham e se interessam pelos recursos hídricos.

Mais informações e ficha de inscrição em www.aprh.pt.



Sessão Técnica "Directiva das Águas Subterrâneas - Protecção das Águas Subterrâneas contra a Poluição e a Deterioração"

No âmbito do Ciclo de Debates do Biénio 2006/07, a APRH organiza a Sessão Técnica subordinada à "Directiva das Águas Subterrâneas - Protecção das Águas Subterrâneas contra a Poluição e a Deterioração". Este evento decorrerá no Anfiteatro do Laboratório Nacional de Engenharia Civil no dia 13 de Fevereiro.

Com a publicação da Directiva-Quadro da Água (DQA) foi dado um novo enfoque à gestão dos recursos hídricos subterrâneos promovendo a sua preservação e o seu bom estado. Para assegurar o cumprimento deste objectivo, o artigo 17.º da DQA exige que se adoptem medidas específicas para impedir e controlar a poluição das águas subterrâneas através da definição de critérios comuns para a avaliação do bom estado químico e para a identificação das tendências a esse nível. Para dar resposta a esta exigência foi recentemente aprovada no Parlamento Europeu a Directiva 2006/118/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à protecção das águas subterrâneas contra a poluição e a deterioração. Após a sua publicação os Estados-membros têm dois anos para a sua transposição para a legislação nacional.

O objecto da directiva relativa às águas subterrâneas é o estabelecimento de medidas específicas para impedir e controlar a poluição das águas subterrâneas. Entre essas medidas inclui-se a definição de critérios especiais para avaliar o bom estado químico das águas subterrâneas, critérios para identificar as tendências significativas e persistentes para o aumento da concentração de poluentes e critérios para definir os pontos de partida para a inversão das tendências. As normas de qualidade a aplicar às massas de água subterrâneas serão definidas por cada Estado-membro.

Considerando a importância e actualidade deste tema, bem como o impacto que irá ter na gestão e utilização destes recursos, a APRH organiza esta sessão técnica e convida todos os interessados a participar. Mais informações, inclusive programa detalhado e ficha de inscrição, em <http://www.aprh.pt/texto/130207.html>.

APRH organiza seminário sobre "Conflitualidades nas Zonas Costeiras"

O Seminário sobre "Conflitualidades nas Zonas Costeiras" decorrerá nos dias 23 e 24 de Março de 2007, no Auditório da Biblioteca Municipal de Faro, Algarve.

Este Seminário, promovido pela Comissão Especializada de Zonas Costeiras, tem por objectivo confrontar as diferentes sensibilidades, de modo a permitir discutir e encontrar soluções para uma coexistência entre todos os intervenientes num espaço territorial fortemente pressionado por diferentes interesses, muitas vezes antagonicos e, por conseguinte, de difícil compatibilização.

O evento decorrerá ao longo de um dia e meio, sendo o primeiro dia preenchido por duas sessões em formato de mesa redonda, com apresentações de cerca de 10 a 15 minutos cada, seguidas de debate. Estas apresentações serão consagradas aos temas: "Riscos Costeiros e Ordenamento do Território" e "Legislação e Gestão: Concordâncias e Dissonâncias".

A manhã do segundo dia será preenchida com uma visita técnica à Ria Formosa.

Mais informações (programa detalhado e ficha de inscrição) em www.aprh.pt.





	Tema	Local	Promotor
2 Fevereiro	<i>Water Treatment and Re-Use Conference II</i>	Tomar	<i>Engineering Conferences International</i>
11 Fevereiro			
5 Fevereiro	5.º Simpósio de Meteorologia e Geofísica e 8.º Encontro Luso-Espanhol de Meteorologia	Atlântico Golfe Hotel, Peniche	Associação Portuguesa de Meteorologia e Geofísica
8 Fevereiro			
6 Fevereiro	Curso de Reutilização de Águas Residuais	Hotel Art's Vip Executive, Lisboa	Jornal Água&Ambiente
7 Fevereiro			
15 Fevereiro	Agroflorestal - 1.º Salão Nacional de Agricultura e Florestas	Exposalão, Batalha	
18 Fevereiro			
8 de Março	Gestão e qualidade do ar - economia do carbono	INETI, Lisboa	INETI
7 Fevereiro	2.ª Grande Conferência do Jornal Arquitecturas: Políticas Públicas, Iniciativas Privadas	Centro Cultural de Belém, Lisboa	About Blue
8 Fevereiro			
12 Fevereiro	Perspectivas de Evolução do Mercado de Águas e Resíduos	Universidade da Beira Interior, Covilhã	Ordem dos Engenheiros e Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior
15 Fevereiro	<i>Statistical Extremes and Environmental Risk</i>	Departamento de Estatística e Investigação Operacional, Faculdade de Ciências, Lisboa	Departamento de Estatística e Investigação Operacional, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
17 Fevereiro			
21 Março	Resíduos: Novas estratégias de gestão	Hotel Tivoli Tejo, Lisboa	Jornal Água&Ambiente
22 Março			
23 Março	I Encontro Ibérico de Educação Ambiental	Escola Superior Agrária de Coimbra, Coimbra	Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza
25 Março			
2 Fevereiro	<i>Time to Adapt - Climate Change and the European Water Dimension Conference</i>	Berlin, Germany	<i>Federal Ministry for Environment, Nature Conservation and Nuclear Safety, Germany</i>
14 Fevereiro			
12 Fevereiro	<i>International Conference on Coastal Zone Environment and Sustainable Development: Vulnerability, Adaptation (...)</i>	Jawaharlal Nehru University (JNU), New Delhi, India	<i>UNESCO, JNU-UGC, Department of Science & Technology (DST) and Ministry of Environment and Forests (MoEF) of the Government of India</i>
14 Fevereiro			
13 Fevereiro	<i>6th International R&D Conference 'Development and Management of Water and Energy Resources (...)</i>	Lucknow, Uttar Pradesh, India	<i>Central Board of Irrigation and Power (CBIP), New Delhi, India; Irrigation and Energy Departments of the Government of Uttar Pradesh, India</i>
16 Fevereiro			
13 Fevereiro	<i>7th International River Engineering Conference</i>	Ahvaz, Khouzestan, Iran	<i>Shahid Chamran University, Iran</i>
15 Fevereiro			
14 Fevereiro	<i>International Conference 'Water Saving in Mediterranean Agriculture and Future Research Needs'</i>	Valenzano, Italy	<i>International Centre for Advanced Mediterranean Agronomic Studies - Mediterranean Agronomic Institute of Bari (CIHEAM-IAMB), Italy</i>
17 Fevereiro			



EVENTOS E INICIATIVAS

Fevereiro / Março

	Tema	Local	Promotor
18 Fevereiro	6 th International Symposium on Ecohydraulics	Christchurch, New Zealand	National Institute of Water and Atmospheric Research (NIWA)
23 Fevereiro			
19 Fevereiro	International Conference on 'Water Management in the Islamic Countries'	Tehran, Iran	Regional Centre on Urban Water Management - Tehran, Iran; Islamic Educational, Scientific and Cultural Organization (ISESCO); University of Water and Power, Iran
20 Fevereiro			
22 Fevereiro	International Conference on Stormwater and Urban Water Systems Modelling	Toronto, Ontario, Canada	Computational Hydraulics Int. (CHI), Canada
23 Fevereiro			
25 Fevereiro	2 nd Canadian National Wastewater Management Conference and Policy Forum (...)	Edmonton, Alberta, Canada	Canadian Water and Wastewater Association (CWWA)
27 Fevereiro			
27 Fevereiro	4 th Conference on Hydrogeology, Ecology, Monitoring, and Management of Ground Water (...)	Safety Harbor, Florida, United States	National Ground Water Association, United States
28 Fevereiro			
28 Fevereiro	Symposium on River Terrace and Floodplain Hydrology	Las Cruces, New Mexico, United States	New Mexico State University, United States
1 Março			
7 Março	2 nd International Conference on the Mechanics of Unsaturated Soils	Weimar, Germany	The Laboratory of Soil Mechanics, Bauhaus-Universität Weimar, Germany
9 Março			
10 Março	U.S. International Programme on Decentralized Systems (...) in conjunction with NOWRA's 16 th Annual Technical (...)	Baltimore, Maryland, United States	National Onsite Wastewater Recycling Association, United States; International Water Association (IWA); Water Environment Research Foundation (WERF), United States
14 Março			
11 Março	4 th Conference on Watershed Management to meet Water Quality and Total Maximum Daily Load (TMDLs)	San Antonio, Texas, United States	American Society of Agricultural and Biological Engineers, United States
13 Março			
12 Março	International Conference on Water and Flood Management (ICWFM)	Dhaka, Bangladesh	Bangladesh University of Engineering and Technology (BUET)
14 Março			
19 Março	Conference on Secure and Sustainable Living: Social and Economic Benefits of Weather, Climate and Water Services	Madrid, Spain	World Meteorological Organization (WMO), Spanish Ministry of Environment, Spain
27 Março			
21 Março	MEDA WATER International Conference on Sustainable Water Management	Tunis, Tunisia	Zero-M Project
24 Março			
22 Março	International Congress on River Basin Management	Gloria Golf Resort Hotel, Antalya, Turkey	The General Directorate of State Hydraulic Works (DSI) of Turkey, in collaboration with the World Water Council (WWC)
24 Março			
27 Março	Climate Change and Hydrology Congress	Lyon, France	French Hydrotechnical Society (SHF), France
28 Março			

EVENTOS NOUTROS PAÍSES



LEGISLAÇÃO NACIONAL

GERAL

- Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, da Assembleia da República, que aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.
- Decreto-Lei n.º 17/2007, de 22 de Janeiro, do Ministério da Administração Interna, que cria um regime excepcional de contratação de empreitadas de obras públicas, fornecimento de bens e aquisição de serviços que tenham em vista acorrer, com carácter de urgência, a situações extraordinárias decorrentes dos altos índices de pluviosidade verificados em Outubro e Novembro de 2006.
- Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2007, de 7 de Fevereiro, da Presidência do Conselho de Ministros, que altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 145/2006, de 31 de Outubro, que determina a elaboração do plano de ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2007, de 5 de Fevereiro, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Campilhas, em Santiago do Cacém.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2007, de 31 de Janeiro, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Fonte Serne, em Santiago do Cacém.
- Decreto Regulamentar n.º 4/2007, de 22 de Janeiro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro.
- Decreto Regulamentar n.º 2/2007, de 17 de Janeiro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROFNE).
- Portaria n.º 89/2007, de 19 de Janeiro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que altera o Regulamento do Regime de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura, anexo à Portaria n.º 1083/2003, de 9 de Novembro.
- Portaria n.º 50/2007, D.R. n.º 6, de 9 de Janeiro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que aprova o modelo de alvará de licença para realização de operações de gestão de resíduos.
- Portaria n.º 32/2007, de 8 de Janeiro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que aprova o regulamento interno da Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER).
- Portaria n.º 31/2007, de 8 de Janeiro, dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que determina o pagamento da taxa de acesso à Reserva Biogenética da Mata de Albergaria, no Parque Nacional da Peneda-Gerês.

LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA

GERAL

- Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas (REACH), que cria a Agência Europeia das Substâncias Químicas, que altera a Directiva 1999/45/CE e revoga o Regulamento (CEE) n.º 793/93 do Conselho e o Regulamento (CE) n.º 1488/94 da Comissão, bem como a Directiva 76/769/CEE do Conselho e as Directivas 91/155/CEE, 93/67/CEE, 93/105/CE e 2000/21/CE da Comissão.
- Regulamento (CE) n.º 1906/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, que estabelece as regras de participação de empresas, centros de investigação e universidades em acções no âmbito do Sétimo Programa-Quadro e as regras de difusão dos resultados da investigação (2007-2013).
- Decisão do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, relativa à aprovação, em nome da Comunidade Europeia, de uma alteração à Convenção sobre o acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente.
- Decisão n.º 1926/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, que institui um programa de acção comunitária no domínio da política dos consumidores (2007-2013).
- Decisão n.º 1982/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, relativa ao Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia de actividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração (2007 a 2013).
- Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o plano de acção da União Europeia para as florestas COM(2006) 302 final.
- Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à utilização confinada de microrganismos geneticamente modificados (versão codificada) COM(2006) 286 final - 2006/0100 (COD).
- Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à qualidade exigida das águas conquícolas (versão codificada) COM(2006) 205 final - 2006/0067 (COD).

FICHA TÉCNICA

Edição e propriedade: APRH, Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. **Endereço:** APRH, a/c LNEC, Avenida do Brasil, 101, 1700-066 Lisboa. **Telefone:** 21 844 34 28. **Fax:** 21 844 30 17. **Endereço electrónico:** aprh@aprh.pt. **Site:** <http://www.aprh.pt>. **Comissão Redactorial:** Alexandra Serra e Katila Ribeiro. **Execução Gráfica:** André Cardoso. **Edição Electrónica:** <http://www.aprh.pt>.